

No Planalto Central, existe uma ilha de felicidade

Brasília tem um vício de origem. Como estava um sacrifício para o funcionário federal trocar o Rio de Janeiro pelo Planalto Central, ofereceram-se vantagens, como a moradia grátis, gratificações e adicionais de salário para estimular a mudança. A burocracia brasiliense nasceu, assim, como categoria única. Julgase no direito a benefícios especiais, mesmo hoje, a 28 anos da inauguração da capital. Um jovem que tenha nascido em Brasília, e que entre hoje no serviço público, vai reivindicar seu apartamento funcional — ou seja, um apartamento montado, quase de graça, bancado pelo governo. E ninguém vai estranhar.

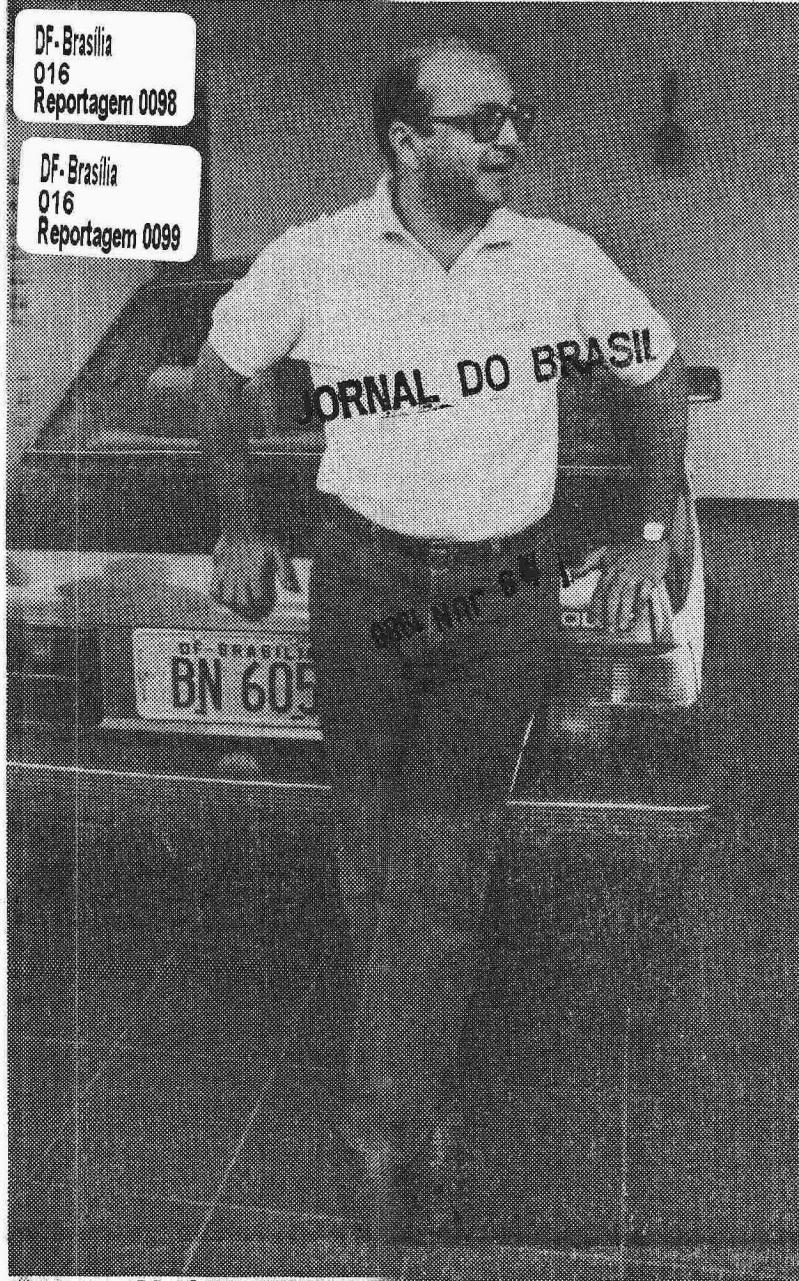
Quer dizer, dos estímulos à mudança para cá, a situação foi melhorando para a burocracia e piorando para o caixa do Tesouro. Como é a burocracia instalada no coração do poder, ela exerce sua força na própria formulação das regras que disciplinam as suas carreiras. As circunstâncias da cidade, onde todos se encontram em toda parte, fizeram de Brasília

uma "grande ação entre amigos e parentes, uma ilha onde se negociam facilidades, sem noção de custo e sem noção de serviço público".

A definição crua é de — exatamente — um burocrata brasiliense, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que a tem repetido a quantos interlocutores lhe perguntam como anda seu esforço de contenção dos gastos públicos. É do que se fala nesta reportagem.

No Plano Piloto, onde fica a cidade propriamente dita, excluída as cidades-satélite, moram cerca de 380 mil pessoas. Os servidores públicos federais, a maioria residente no Plano, são em torno de 100 mil, sendo cerca de 78 mil lotados no Congresso, e outros tantos, nos tribunais. Devem se somar ainda os funcionários das estatais e do governo do Distrito Federal e se terá, talvez, algo como um servidor do estado para cada quatro pessoas do Plano Piloto. Isso explica muito do que acontece por lá.

Brasília — Luciano Andrade



Ministro Maílson: até assessores brigam por viagem

A mordomia gera disputas

Dias desses, apareceu no gabinete do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, um funcionário da casa, com uma reivindicação. Colega do ministro, que ocupou diversos postos na Fazenda, o funcionário foi direto ao ponto que o afligia, com as intimidades do conhecimento antigo:

— Você tem que me arranjar uma viagem para o exterior, disse o funcionário.

— Mas o que você vai fazer lá? Você cuida da dívida interna, respondeu Maílson.

— Mas é que o meu vizinho, que tem cargo igual ao meu, viaja todo mês.

— É lógico, disse o ministro cada vez mais espantado. Ele cuida da dívida externa.

— É, eu sei, mas você tem que me arranjar. Eu não aguento mais os meus filhos reclamando que os filhos do vizinho, amiguinhos deles, todo mês ganham aqueles brinquedos eletrônicos.

Esse funcionário não viajou, mas a história só parou por ali porque Maílson da Nóbrega parece alucinado — é essa, precisamente, a palavra — com a capacidade infinita da burocracia brasiliense em gerar facilidades para si própria. Deu chance, o ministro derrama sobre o interlocutor uma torrente de observações e reflexões sobre o tema, que não são poucas. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, ele tem 25 anos de burocracia, a maior parte trabalhando nos órgãos da área econômica da administração federal, em Brasília. É nesse sentido, um quadro brasiliense. E, como já se diz por lá, um que está traindo os companheiros.

Uma traição, por exemplo, foi não ter deixado aquele funcionário da dívida interna viajar. A reação normal da burocracia seria outra. Consistiria em arranjar algum modo de propiciar a sonhada viagem, sempre por meios legais e regulamentares. Essa é, de fato, uma característica da burocracia brasiliense: tudo se faz de acordo com as normas — leis, decretos, portarias, resoluções, avisos — convenientemente publicadas no *Diário Oficial*. A verdadeira questão, como sabe qualquer burocrata, é anterior. É fazer a norma.

Certamente haveria um jeito de mandar aquele funcionário atrás dos brinquedos eletrônicos. Talvez um congresso internacional, ou a participação num curso sobre, por exemplo, administração de títulos públicos, ou ainda, para fazer justiça, uma troca de funções. O vizinho da dívida externa ficaria uns tempos cuidando dessas coisas desagradáveis, como o endividamento do governo do Piauí, e o da dívida interna passaria um período lidando com os 120 bilhões de dólares devidos lá fora. Um viajando para Teresina, o outro para Nova Iorque — ao menos por uns tempos.

A bem da verdade, seria mais provável que o funcionário da dívida interna passasse para o setor externo e o seu vizinho também ficasse lá. Restaria uma vaga aberta no setor de dívida interna, mas isso não chegaria a ser novidade. A

burocracia tende a concentrar-se nos setores que oferecem mais salários e vantagens indiretas. Por exemplo, é mais fácil faltar vacinadores nas equipes de combate à febre amarela do que assessores no gabinete do ministro da Saúde. Nas universidades, às vezes sobram professores, mas nunca técnicos de laboratório. E assim vai.

No caso, como o ministro Maílson da Nóbrega contou aquela história para muita gente, o tal funcionário dançou. Mas a verdade é que o ministro não tem muitos resultados a contabilizar no seu esforço de controle do pessoal do setor público. Ele impôs, é certo, um severíssimo corte nos salários com a suspensão da URP para todo o setor público federal em maio e junho. Isso provocou, até o julgamento contrário do TST na semana passada, uma redução real de salários em torno de mais de 40%, ou uma economia para o governo de CZ\$ 700 bilhões. Foi um choque tão forte que muitos observadores não acreditavam que pudesse ser aplicado. Entre outras coisas porque, como Maílson, o outro ministro da área econômica, João Batista de Abreu, do Planejamento, também é um quadro brasiliense, um economista que fez toda sua carreira no serviço público de Brasília. Coleguinhas.

Mas eles foram à guerra, convencidos de que estavam cometendo uma maldade, mas não uma injustiça. Como os empregados do setor público tiveram ganhos reais muito acima da inflação nos dois últimos anos, os ministros entenderam que não seria injustiça tomar de volta uma parte desses ganhos.

Em todo caso, a batalha da URP foi dura, pela circunstância de o poder estar instalado numa cidade feita para isso. As pessoas que trabalham no poder ou em função dele acabam tendo uma relação pessoal, familiar com o governo.

Nem bem saiu a suspensão da URP e a batalha transferiu-se para outro cenário, os tribunais. As circunstâncias, porém, eram as mesmas. Quase todos os juízes têm parentes no serviço público. Muitos têm muitos parentes com emprego público. Assim, quando devem decidir sobre a legalidade da suspensão da URP, não estão apenas decidindo sobre um corte real de 40% nos seus próprios vencimentos, mas também sobre os salários de sua família. Claro que os juízes têm a competência do julgamento objetivo e racional, mas não se deve menosprezar a força da subjetividade e do coração. Ou do próprio bolso familiar.

Ainda não terminou essa batalha da URP, mesmo porque sempre paira no ar a ameaça de greve, justificada pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli. Os empregados das estatais, dizia, não poderiam ser "trabalhadores sem URP; garantida para os do setor privado". "Ora", comenta o ministro Maílson "trabalhador de segunda classe é ele, Meneguelli, que não tem as vantagens de primeira do pessoal das estatais".